

ANASTASIA CHIHAI

**Bairros economicamente desfavorecidos e violência:
efeitos sobre a ação coletiva**

Orientadora: Prof^ª. Doutora Ana Loureiro
Co-orientadora: Prof.^a Doutora Leonor Pereira da Costa

Universidade Lusófona
Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Lisboa

2024

ANASTASIA CHIHAI

**Bairros economicamente desfavorecidos e violência:
efeitos sobre a ação coletiva**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção de grau de Mestre em Psicologia Social e das Organizações, no curso de Mestrado de Psicologia Social e das Organizações, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias, no dia 11 de Outubro de 2024. De acordo com o Artigo 22º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual, e nos termos do artigo 50º do Regulamento Pedagógico da Universidade Lusófona, após apreciação da proposta de nomeação do Júri apresentada pela Comissão Científica do Conselho Científico da EPCV, homologo o júri para a defesa pública da dissertação de Mestrado de Psicologia Social e das Organizações, do(a) candidato(a) ANASTASIA CHIHAI.

Presidente: Prof.^(a) Doutor(a) Sílvia Coelho Ribeiro
Fernandes Luís Alves

Arguente: Prof.^(a) Doutor(a) Maria de Fátima Campos
Bernardo (Universidade de Évora)

Orientadora: Prof.^(a) Doutor(a) Ana Luísa Cardoso
Marques

Universidade Lusófona, 25 de Janeiro, 2024

Universidade Lusófona
Escola de Psicologia e Ciências da Vida
Lisboa
2024

Agradecimentos

Quero agradecer em primeiro lugar às duas professoras que tornaram esta dissertação possível, mesmo nos meus momentos mais distantes nunca desistiram de mim e não me deixaram desistir. Um enorme obrigada à Professora Ana Loureiro. À Professora Leonor Pereira da Costa que nesta fase final esteve sempre disponível um obrigada não chega por toda a paciência e disponibilidade que teve comigo e com esta dissertação.

Ao meu pai, que esteve sempre presente e me fez ser quem sou. As minhas conquistas serão sempre tuas.

Ao meu namorado, que nos momentos de desespero sempre teve as palavras certas. Obrigada pelo amor, paciência e companheirismo.

À minha Maria, Carolina, Beatriz e Vanessa simplesmente por serem quem são e estarem sempre ao meu lado.

Ao Tiger, o meu companheiro de quatro patas, que, como em toda a sua vida foi o meu amigo mais leal, todas as noites pela madrugada fora e longas horas na secretária, nunca me deixou sozinha.

A minha irmã, por ser minha irmã.

Resumo

A pobreza e a desigualdade social frequentemente levam a um estatuto socioeconómico baixo em bairros economicamente desfavorecidos, onde comunidades enfrentam desafios significativos em termos de recursos, oportunidades e qualidade de vida. Esses bairros são caracterizados por altas taxas de criminalidade, gerando insegurança e acesso limitado à educação, entre outros desafios.

Esta dissertação visa investigar como a identidade com o bairro pode prever a ação coletiva, mediada pelas emoções negativas e eficácia coletiva, e explorar o papel moderador do medo. A amostra é composta por 65 participantes entre os 18 e os 54 anos de idade, distribuídos aleatoriamente em dois grupos experimentais, manipulando o estatuto socioeconómico (através do paradigma Dimboola) e a percepção da violência (com recurso ao IAPS), testando o modelo SIMCA – Social identity model of collective action. Deste modo, um dos grupos com SES baixo visualizou imagens neutras e o outro grupo visualizou imagens violentas.

Através da análise do modelo SIMCA verificou-se que a identificação social tem um impacto significativo na percepção de injustiça (emoções negativas). O mesmo se verificou para a eficácia coletiva, ou seja, a identidade social tem um impacto significativo na eficácia coletiva, quanto maior a identificação social com o bairro (hipotético) de residência maior será a eficácia coletiva. No entanto não se verificaram outros efeitos significativos, direto (RES) nem indiretos (eficácia coletiva e percepção de risco). Uma interação significativa entre eficácia coletiva e percepção de risco na previsão da ação coletiva indicou que a eficácia coletiva prevê a ação coletiva apenas em indivíduos com baixa percepção de risco.

Palavras-chave: ação coletiva, eficácia coletiva, medo, emoções, identidade social

Códigos de classificação da APA: <https://www.apa.org/pubs/databases/training/class-codes>)

3000 Social Psychology

3020 Group & Interpersonal Processes

3040 Social Perception & Cognition

4070 Environmental Issues & Attitudes

Abstract

Poverty and social inequality often lead to a low socio-economic status in economically disadvantaged neighborhoods, where communities face significant challenges in terms of resources, opportunities, and quality of life. These neighborhoods are characterized by high crime rates, generating insecurity and limited access to education, among other challenges.

This dissertation aims to investigate how neighborhood identity can predict collective action, mediated by negative emotions and collective efficacy, and explore the moderating role of fear. The sample consists of 65 participants aged between 18 and 54, randomly distributed into two experimental groups, manipulating socio-economic status (through the Dimboola paradigm) and the perception of violence (using the IAPS), testing the Social Identity Model of Collective Action (SIMCA). Thus, one group with low SES viewed neutral images, while the other viewed violent images.

Through the analysis of the SIMCA model, it was found that social identification has a significant impact on the perception of injustice (negative emotions). The same was true for collective efficacy—social identity has a significant impact on collective efficacy, with stronger identification with the (hypothetical) neighborhood leading to higher collective efficacy. However, no other significant direct (SES) or indirect (collective efficacy and perception of risk) effects were found. A significant interaction between collective efficacy and perception of risk in predicting collective action indicated that collective efficacy predicts collective action only in individuals with low perceived risk.

Keywords: collective action, collective efficacy, fear, emotions, social identity

Abreviaturas e Símbolos

ESE – Estatuto socio económico

INE – Instituto Nacional de Estatística

SIMCA – Social Identity Model of collective action

Índice Geral

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	6
Abreviaturas e Símbolos	7
Índice de Figuras	10
Índice de tabelas	11
Introdução	12
Capítulo 1 Enquadramento Teórico	15
<i>Identificação social e identidade com a vizinhança</i>	15
<i>Zona de residência, pobreza e violência</i>	16
<i>O que explica a ação coletiva</i>	20
<i>O papel do medo</i>	24
<i>Presente estudo</i>	25
<i>Objetivos e Hipóteses</i>	25
Capítulo 2 Metodologia	27
<i>Participantes</i>	27
<i>Procedimento e Medidas</i>	27
Manipulação do Estatuto Sócio Económico	28
Manipulação da violência	28
<i>Medidas</i>	29
Physical Threat: Risk of victimization Scale	29
Identificação com o grupo socioeconómico Dimboola	29
Identificação com a vizinhança	29
Emoções negativas	30
Eficácia coletiva	30
Ação coletiva	30

Capítulo 3 Resultados	31
<i>Verificação da manipulação da violência</i>	31
<i>Testando o SIMCA</i>	32
<i>Análise do papel moderador do medo</i>	33
Capítulo 4 Discussão	37
<i>Limitações e Forças</i>	39
<i>Implicações do Estudo</i>	40
Referências	42
Apêndices e/ou Anexos	1
<i>Anexo 1</i>	1

Índice de Figuras

Figura 1 - Social Identity Model of Collective Action (SIMCA)

Figura 2 - Modelo conceptual que descreve o papel moderador do medo na relação entre a eficácia coletiva e as emoções e as tendências de ação coletiva. Modelo a testar

Figura 3 – Coeficientes das relações da mediação SIMCA

Figura 4 - Análise da mediação moderada, modelo 14

Figura 5 – Coeficientes das relações da mediação moderada

Figura 6 - Diferentes níveis de percepção de risco e relação entre eficácia e ação coletiva

Índice de tabelas

Tabela 1 – Resultado do Teste T para a manipulação da violência

Tabela 2 - Média e Desvio padrão geral para o medo e percepção de risco

Tabela 3 - Medidas descritivas e correlações das variáveis em estudo

Tabela 4 – Relações diretas da mediação moderada

Tabela 5- Mediação moderada para a percepção de risco

Introdução

Atualmente, vivem-se tempos de grande dificuldade económica para uma grande parte da população. Depois de uma pandemia mundial que mudou a vida de milhares de pessoas, onde muitas pessoas perderam o emprego, a situação da guerra que se vive na Europa onde os preços sofreram uma grande inflação e onde o custo de vida subiu bastante, seguindo-se uma crise habitacional onde os preços que se praticam se tornam cada vez mais complicados de suportar, trouxe um grande transtorno para a vida de inúmeras pessoas. Muitas pessoas perderam o acesso a uma casa vendo-se obrigadas a morar na rua.

Em Portugal, a taxa de risco de pobreza aumentou para 17,0% em 2022, ou seja, mais de 2 milhões de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (Instituto Nacional de Estatística, 2023). É relevante notar que a taxa de risco de pobreza, sem ajudas sociais, fixa-se nos 41,8%.

Em Portugal, em 2021, cerca de 10,7% das crianças com idade inferior a 16 anos, estavam inseridas em agregados familiares, alvos de privação material e social, o que segundo o INE (2022) impede que 9,7% das crianças possam participar em atividades extracurriculares ou de lazer, cerca de 6,7% possam participar de atividades escolares que sejam pagas.

A desigualdade social está presente na sociedade desde que se formaram as sociedades. Entende-se por desigualdade, que a liberdade para desfrutar de uma vida próspera e de boa saúde está distribuída de forma desigual dentro e entre sociedades (World Health Organization, 2008). As desigualdades sociais podem estar manifestadas em diferentes formas: em situações económicas, na educação, na saúde, de género, de etnia, no trabalho, em liberdade (Carmo, 2020).

Quando estas desigualdades sociais e a privação de muitas atividades se iniciam ainda no berço, que consequências poderão ter na vida de uma pessoa?

A injustiça social é um tema de grande importância. Isto porque tem influência sobre a forma como a população vive e o seu bem-estar, a consequente probabilidade de doença e o risco acrescido de morte prematura (World Health Organization, 2008).

É nas grandes cidades que se nota a desigualdade entre pessoas pois é nas cidades que se objetifica e reificam as desigualdades socioeconómicas que se manifestam na organização do seu espaço. Acontece que, “dá a uns e nega a outros benefícios de localização – a proximidade ou o afastamento de bens, como equipamentos educativos, meios de transporte, hospitais; proximidade ao local de trabalho; o prestígio ou o estigma à simples enunciação do bairro de morada; a chance ou não de selecionar o círculo de relações e aumentar o capital social” (Érnica, 2012).

Tanto a pobreza como a desigualdade social têm raízes em estruturas sociais e económicas injustas o que pode resultar na exclusão de certos grupos de oportunidades resultando em injustiça social. A desigualdade social é resultante de barreiras para o acesso igualitário a educação e ao emprego contribuindo para o aumento da pobreza de um determinado grupo. Esta situação pode ser vista como uma injustiça já que impede o pleno desenvolvimento de um indivíduo com base em categoriais tais como a classe social, género ou etnia.

A pobreza, a desigualdade social e a injustiça social resultam muitas vezes num estatuto socioeconómico baixo que se associam muitas vezes aos bairros economicamente desfavorecidos – comunidades que enfrentam desafios significativos em termos de recursos, oportunidades e qualidade de vida. Estes bairros são caracterizados ainda por altas taxas de criminalidade o que gera insegurança, acesso limitado a educação entre muitos outros.

Pretende-se com esta dissertação estudar em que medida a identificação social com o bairro de residência afeta o envolvimento em movimentos de ação coletiva que visam

melhorar as condições de vida, influenciadas pela eficácia coletiva e pelas emoções negativas resultantes de percepções de injustiça e da necessidade em mudar as condições de vida.

A dissertação está dividida em quatro partes. Na primeira parte, é apresentado o enquadramento teórico onde se faz uma abordagem aos conceitos de identidade social e de identidade com a vizinhança bem como conceitos sobre o efeito do lugar são abordados. Além disso, são discutidas as relações entre a área de residência, pobreza e violência, juntamente com estudos relevantes nessas áreas. Por fim, são abordados temas relacionados à ação coletiva, ao papel moderador do medo num modelo de ação coletiva, o SIMCA – modelo social de ação coletiva – que serve como base para o estudo.

Na segunda parte, descreve-se a metodologia, incluindo informações sobre participantes, recrutamento, procedimentos e a forma como a violência e o estatuto sócio económico foram manipulados. Além disso, são detalhadas as medidas utilizadas para avaliar as variáveis do estudo.

Na terceira parte, segue-se os resultados, onde através de gráficos e tabelas se explicam os resultados que foram encontrados.

Por fim, na última parte, segue-se uma discussão geral sobre as expectativas em relação aos resultados e o que foi encontrado, com base na literatura existente. Também são destacadas as fraquezas identificadas e são discutidas as implicações e possíveis melhorias futuras.

Capítulo 1 | Enquadramento Teórico

Identificação social e identidade com a vizinhança

A pertença a um grupo é um fator determinante na vida do indivíduo, impactando de forma positiva ou negativa as suas possibilidades de vida, determina também a sua posição na sociedade e nas redes de proteção em que se insere. O grupo é a base para a formação da identidade social em conjunto com as crenças e comportamentos que lhe estão associados (Del Prette, 2003).

A identidade social resulta da combinação entre o sentimento de pertença a um ou vários grupos que são relevantes e o valor emocional associado a essa pertença (Tajfel, 1982). A construção da identidade social advém de comparações com outros grupos relevantes que permite uma distinção positiva do endogrupo (Carlos, 2020). A necessidade de diferenciação positiva motiva as comparações sociais que distinguem de forma favorável o endogrupo do exogrupo, o que pode resultar muitas das vezes numa tendência para comparações entre grupos enviesadas (Tajfel & Turner, 1986).

Tajfel, em 1981, definiu a identidade social como “aquela parte do autoconceito do indivíduo que resulta do reconhecimento de filiação a um ou vários grupos sociais, juntamente com o seu significado emocional e o valor ligado aquela filiação”:

A atitude e o comportamento de um indivíduo em relação ao outro, resulta tanto de uma base interpessoal como de uma base intergrupar, resultado de um conjunto de variáveis que incidem sobre a sua identidade social. Uma variável de grande interesse é o sistema de crenças a respeito da posição do seu grupo em relação aos outros grupos existentes. As crenças que possuem mais importância, são as relacionadas com a mobilidade social (crença que um indivíduo tem de que pode mudar a sua situação por meio da ação individual) e estratificação social – percepção de impossibilidade de mudança de posição ocupada na sociedade-

(diferentes critérios de processamento: socioeconómico, étnico, religioso). A característica principal e transversal a todas as formas de estratificação consiste na dificuldade ou impossibilidade de mobilidade do indivíduo de um grupo para outro (Del Prette, 2003).

Algumas expressões, tais como “efeito de lugar” (Bourdieu, 1997), efeito de território ou vizinhança, podem estar correlacionadas com o impacto do local de residência e das características sociais da população sobre as condições de vida e a mobilidade social dos habitantes. Foi com o surgimento da psicologia social nos anos 60, que surgiu a ideia de que o lugar de residência contribui para a identidade de um indivíduo (Valério, 2021).

Foi através do Proshansky et al., (1983) que surgiu o conceito de identidade de lugar “subestrutura da identidade de um indivíduo consistindo, na cognição acerca do mundo físico no qual o indivíduo vive”. O desenvolvimento da identidade não se baseia apenas nos processos individuais, inter-pessoais e sociais, mas tem também a componente do ambiente físico, sendo que o “lugar” é um componente importante para a identidade pessoal (Valério, 2021).

Zona de residência, pobreza e violência

A existência de problemas sociais associados a determinados locais de residência é uma realidade preocupante que afeta significativamente a vida dos seus habitantes. Há certos grupos socioeconómicos que pelas características económicas e sociais habitam em certos bairros, os chamados “bairros sociais”. Em muitos casos, pessoas que residem nesses bairros enfrentam discriminação e estigmatização, o que dificulta o acesso a oportunidades básicas, como transporte, emprego, sistema de saúde. Esses bairros sociais são o resultado de uma divisão sistémica na estrutura urbana, onde as elites e as classes mais favorecidas ocupam áreas privilegiadas, enquanto as populações mais pobres e alvo de políticas sociais são distanciadas a áreas marginalizadas (Ferreira, 2014).

A negação de serviços de transporte individual e oportunidades de trabalho com base no local de residência não apenas viola os direitos fundamentais de um indivíduo, mas também atenua ainda mais os ciclos de pobreza e exclusão social.

Os bairros economicamente desfavorecidos estão frequentemente associados a grandes níveis de pobreza e de desigualdade social (Camayad, 2021). Estes bairros são caracterizados por uma infraestrutura precária, acesso limitado a serviços básicos e altos índices de desemprego, o que resulta numa série de dificuldades e desafios que atenuam o ciclo de pobreza destas comunidades. As famílias residentes nestes bairros enfrentam muitas vezes dificuldades no acesso a uma educação de qualidade, cuidados básicos de saúde adequados e oportunidades de emprego dignas e a falta de investimento e desenvolvimento destas áreas contribui para o isolamento social e exclusão social dos seus habitantes.

A pobreza é uma condição caracterizada pela falta de recursos financeiros, materiais e sociais básicos necessários para garantir um padrão de vida mínimo, tais como, acesso a alimentação, a casa, educação, saúde. A pobreza pode também ser entendida como uma privação de oportunidades e acesso a recursos que permitam o pleno desenvolvimento humano. Abrange questões como a exclusão social, a falta de acesso à educação e a oportunidades de emprego e ainda a discriminação. Estudos, tais como o de Troller- Renfree et al, 2022, mostram que existem relações entre a pobreza, a falta de estímulos cognitivos, as dificuldades na aprendizagem e que isso se aplica a vários países. Nesse estudo, relativamente a sociedade norte-americana, destaca-se que famílias com baixos rendimentos quando lhes é dada uma ajuda monetária afeta positivamente a atividade cerebral infantil. Outros estudos realizados em dois infantários mostraram que as crianças provenientes de lares de estatuto socioeconómico baixo tendem a ter mais dificuldades em se expressar, não conseguem falar fluentemente uma frase, tendem a ser mais passivas e silenciosas quando comparadas com crianças de estatuto médio da mesma idade (Madya et al., 2018).

A sociedade desenvolve certas estratégias com o intuito de proteger os grupos de estatuto elevado, dificultando ou até mesmo impedindo a filiação de membros de grupos com pouco prestígio ou desfavorecidos a elite da sociedade (Del Prette, 2003).

Desta forma, estatuto socioeconómico (ESE) refere-se à posição ou ordem relativa de um indivíduo numa hierarquia baseada em atributos sociais e económicos, que se expressam no acesso diferencial a recursos e comodidades valorizadas (Cardoso, 2006). O estatuto socioeconómico inclui dimensões de posição social – o poder, o prestígio, bem-estar económico, estatuto profissional (Conger et al., 2010).

Numa sociedade, um grupo de indivíduos que possui o mesmo estatuto socioeconómico, partilhando assim os mesmos atributos sociais e económicos dá-se o nome de classe social. Estes não são simples categorias nominais, mas sim grupos dispostos numa ordem hierárquica que partilham características económicas ou sociais (Cardoso, 2006).

Vários são os estudos que tentam encontrar explicações ou algum tipo de relação que consiga esclarecer ou prever uma causalidade entre violência e pobreza (e.g., Due et al. 2009). Numa pesquisa em 35 países entre a América do Norte e a Europa, com 162.305 participantes (11, 13 e 15 anos), concluíram que em sociedades onde existe uma maior desigualdade socioeconómica existe também uma maior prevalência de comportamento violento e que os adolescentes correm maior risco de violência e vitimização. Conseguiram concluir que a violência não segue um curso natural, mas que é condicionada pelo ambiente socioeconómico de quem a pratica (Bilić, 2015).

Pickett e Wilkinson (2007) num estudo em 21 países ricos, encontraram uma correlação entre as desigualdades de rendimento e a percentagem de jovens que são vítimas de violência. A distribuição desigual de rendimentos torna-se um problema estrutural de uma sociedade, sendo mesmo considerada por Elgar et al. (2013) um reforço a desconfiança, criando a intolerância, a diferença e a vingança, onde as crianças internalizam certas normas

sociais de que a vida não gira em torno da igualdade, mas sim em torno do poder, vendo assim a violência como a única maneira eficaz de serem bem-sucedidas.

Outra explicação na literatura que se encontra para a violência em situações de pobreza, começa em situação escolar, quando existe uma privação de certas posses/bens/materiais devido aos rendimentos baixos dos pais, o que leva a criança a perceber que não tem o que as outras crianças têm (Ridge, 2009). A importância que a criança dá ao facto de não ter o que os outros têm ganha ênfase devido à comparação social, podendo mesmo sentir diferença na forma como é tratada passando a acreditar que tudo é determinado pelo dinheiro (McDonald, 2008). A falta de roupas novas, materiais escolares necessários ou até mesmo “da moda” podem ter um impacto profundo nas interações das crianças.

A situação objetiva, bem como as experiências subjetivas das condições financeiras adversas da família afeta o curso das relações sociais capaz mesmo de deixar marca na vida diária. Existem dois caminhos de ação nestas situações: ficar com raiva e frustração o que conduz a comportamentos agressivos com risco acrescido de cometer violência (Ensen et al., 2012); ou considerar a vida como um conjunto de situações injustas resultando em desamparo, tristeza, ansiedade ou depressão tornando-se assim passivos e desesperados que os leva a uma posição de vítima (Ridge, 2009; DružićLjubotina and Ljubotina, 2014).

Apesar de debates na literatura sobre a influencia direta do estatuto socioeconómico (ESE) na violência, estudos recentes têm mostrado resultados significativos nesse sentido. Por exemplo, Ensen et al., (2012) que crianças provenientes de ESE baixo têm maior probabilidade de se envolver em situações de violência, tanto como vítimas quanto como perpetradoras, em comparação com aquelas de ESE alto. Em relação a privação de bens materiais, estudos mostraram que aqueles que vêm de ESE baixo, são mais prováveis de se tornarem as vítimas de situações de violência (Ridge, 2009) enquanto ESE alto, resulta no contrário, em quem pratica a violência.

Os resultados de Alloush & Bloem (2022) mostram que viver em bairros com alto nível de violência está associado a um aumento de 25% na probabilidade de sofrer depressão. Mostram ainda que a violência na vizinhança está associada a uma redução do bem-estar psicológico. Quando comparados os indivíduos mais pobres que vivem num bairro de grande violência com os indivíduos mais ricos e a viverem em bairros de baixa violência, os primeiros estão em maior risco de sofrer depressão. Concluíram então que os pobres são desproporcionalmente mais propensos a viver em bairros com altos níveis de violência e que baixos níveis de bem-estar psicológicos são uma limitação para que um indivíduo atinja o seu máximo potencial diminuído assim a sua capacidade de obter mais e melhores rendimentos, dificultando ou até mesmo impossibilitando, a mudança do local de habitação.

O que explica a ação coletiva

A ação coletiva é definida pelos psicólogos sociais como qualquer ação que os indivíduos se comprometam a fazer como membros de um grupo que tenha como objetivo o de melhorar as condições do seu grupo (Wright, Taylor, & Moghaddam, 1990). Uma ação coletiva não precisa necessariamente de ser coletiva para ser assim denominada. Ou seja, há certos atos individuais que uma pessoa pode ter que se tornam “ação coletiva” quando realizadas em função da pertença a um grupo, como é o caso por exemplo da assinatura de uma petição.

É em situações em que os indivíduos sentem que o seu grupo está a ser injustiçado ou está em desvantagem que decidem tomar medidas para mudar o rumo das suas vidas. No entanto, na maior parte das situações, o que acaba por acontecer é o conformismo, apesar de saberem que estão a ser prejudicados e que o seu grupo está em desvantagem e se sentirem zangados com isso, os membros dos grupos acabam por não fazer nada ou fazer

pouco. Isto porque, em muitas situações os membros do grupo sentem que têm pouca eficácia para trazer mudanças o que limita a ação coletiva apesar de se sentirem com raiva. (Folger, 1987)

A ação coletiva como resposta a desvantagem coletiva é um fenómeno difícil de ser explicado. Vários caminhos de ação podem ser seguidos para se entender a ação coletiva, como é o exemplo da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979) e da Teoria da Privação Relativa (Walker & Smith, 2002) cujo foco é o grau com que os membros de um grupo percebem a sua desvantagem como injusta e grupal. Para outros teóricos o foco é “group base” emoções (Folger, 1987 & Smith, 1993). Por outro lado, para as abordagens instrumentais o foco deveria ser os julgamentos de custos e benefícios da ação coletiva (Simon et al., 1998). No entanto, Van Zomeren et al, (2013) são da opinião que todas essas abordagens não são distintas, mas sim complementares.

As teorias psicológicas que procuram estudar a ação coletiva concentram-se em diferentes motivações (Van Zomeren et al., 2008; Van Zomeren et al., 2012). Através dos estudos dos últimos anos, conseguiu-se chegar a um consenso e reduzir as motivações a 4: eficácia, identidade, emoção e moralidade. Mais precisamente estas motivações refletem sentimentos de crenças de eficácia do grupo, o sentimento de identificação do grupo, emoções sentidas pela injustiça percebida e os padrões morais não serem respeitados.

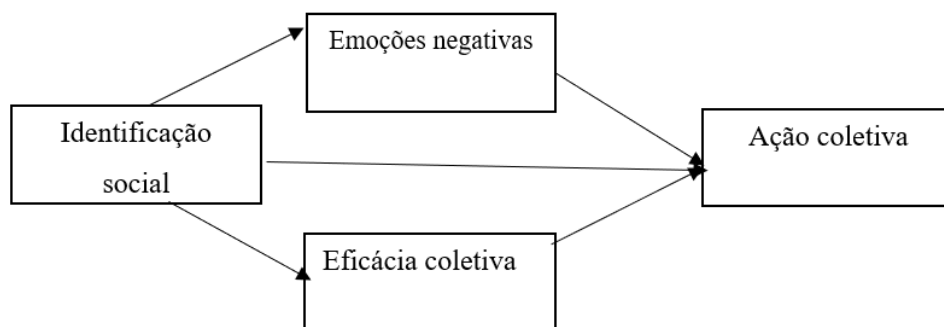
Eficácia do grupo é a crença coletiva de que os problemas relacionados ao grupo se podem resolver por esforço coletivo (Bandura, 1995).

A pertença a um grupo é a base para o desenvolvimento da identidade social, deste modo, ao se estar associado a um grupo há um maior sentimento de identificação com o grupo, o que leva os indivíduos a tentar proteger e manter os interesses grupais do mesmo modo que se esforçam para proteger os interesses individuais. As pesquisas sobre identidade social e ação coletiva mostram que uma identificação mais forte do grupo leva a intenções

mais fortes de agir coletivamente elevando assim a probabilidade de participar na ação coletiva (Van Zomeren et al, (2013).

Figura 1

Social Identity Model of Collective Action (SIMCA)



O modelo SIMCA é uma teoria que pretende entender o envolvimento dos indivíduos em ações coletivas, tais como protestos, movimentos sociais e outras formas de comportamento coletivo. Para melhor compreender o que leva os indivíduos a participarem nessas ações é necessário a contribuição multidisciplinar, juntando perspectivas subjetivas (psicológico) as sociais (estrutural) respondendo a questões de “como”, “porquê” e quando é que as pessoas se envolvem em movimentos sociais (Van Zomeren, et al, 2008). Este modelo propõe que a identidade social prediz a injustiça e eficácia coletiva e ao mesmo tempo tem um efeito direto na ação coletiva. Ou seja, a identidade prevê a ação coletiva, tanto diretamente como indiretamente através da previsão das variáveis injustiça e eficácia (Van Zomeren, et al., 2008).

Foi através da necessidade de resposta perante os movimentos sociais que se criou uma perspectiva que especifica os preditores chaves da ação coletiva e as suas interações. O

ponto de partida de muitas abordagens à ação coletiva é o pressuposto que esta é uma resposta a um estado objetivo de desvantagens. No entanto, nas últimas décadas, as abordagens focaram-se em 3 grandes variáveis subjetivas que parecem afetar a ação coletiva, a percepção de injustiça, a percepção de eficácia e a identidade social. Deste modo, surgiu o modelo SIMCA como uma perspetiva nova e integradora sobre a ação coletiva, que propõe a identidade social como central para a ação coletiva porque motiva diretamente a ação coletiva e simultaneamente liga as percepções de injustiça e a eficácia coletiva.

A percepção de injustiça é um forte motivador para a mudança, quando as pessoas sentem que estão a ser tratadas de maneira injusta ou que os membros do seu grupo social enfrentam algum tipo de injustiça serve de impulso para a procura da mudança. Vários são os estudos que sugerem que a raiva é a emoção mais relevante no que diz respeito à ação coletiva. A injustiça pode aumentar a saliência da identidade social, quando as pessoas percebem que a injustiça está ligada diretamente a categoria social a que pertencem pode motivar a ação coletiva em busca de justiça (Van Zomerem et. al., 2008).

A eficácia coletiva pode ser vista como a capacidade de um grupo em atingir os seus objetivos de maneira eficiente e bem-sucedida, não se limita apenas aos resultados que pretendem alcançar, mas também a eficiência na utilização de recursos, a coesão grupal e a capacidade de superar desafios. A investigação sobre a eficácia sugere que os indivíduos são mais propensos a se envolverem em ações coletivas quando acreditam que é provável que os seus objetivos sejam alcançados (Hornsey et al., 2006).

As investigações sobre a identidade social e a ação coletiva demonstram que uma identificação de grupo mais forte leva a intenções mais fortes de agir coletivamente e a uma maior probabilidade de se participar em ações coletivas (Simon et al, 1998; Van Zomeren et al., 2008). A identificação com o grupo é um poderoso preditor da ação coletiva

(Van Zomeren et al., 2008). De acordo com este modelo, a identificação com um grupo desfavorecido promove comparações entre grupos que por sua vez promove reações emocionais, como a raiva à injustiça baseada no grupo, criando assim um caminho emocional para a ação coletiva (Reicher, 2001).

O papel do medo

Um fator muito importante mas pouco estudo na literatura que parece afetar as tendências de ação coletiva é o medo, em particular grupos desfavorecidos em contextos de repressão (Adra et al., 2020).

Miller et al (2009) demonstraram que o medo pode suprimir a relação entre os sentimentos de raiva (caminho emocional) e a ação coletiva. Ou seja, quando o medo é incluído no modelo que prevê a ação coletiva, o poder preditivo das emoções negativas/injustiça percebida pode aumentar. O medo pode ser visto como um importante inibidor de ação, mesmo em situações em que as pessoas reconhecem que estão a ser tratadas injustamente. Apesar de, tal como a raiva, o medo seja uma emoção negativa, tende a estar associado a tendências de ação evitativa (Devos, Silver, Mackie, & Smith, 2003; Mackie, Devos, & Smith, 2000). Assim os membros do grupo que sintam que possam ser alvos de represálias por possíveis envolvimento em ações coletivas tendem a ser menos prováveis de se envolver em tais ações, mesmo que tenham fortes sentimentos de injustiça (Miller et al., 2009).

Dois estudos realizados com estudantes universitários mostraram que o medo inibiu a vontade dos estudantes de assinarem uma petição em resposta ao tratamento injusto para com um grupo interno (Miller et al., 2009).

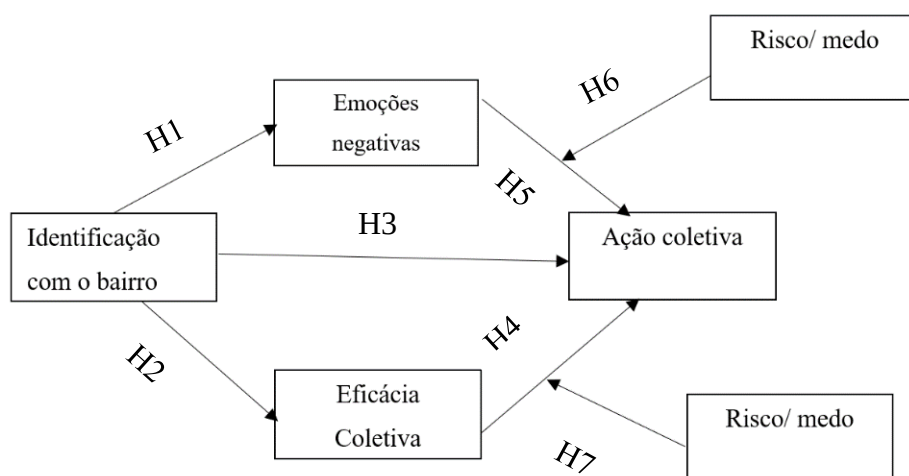
Outro estudo realizado com imigrantes das filipinas no Líbano, mostrou que a raiva

previu positivamente as tendências de ação coletiva nos participantes com baixo nível de medo, enquanto naqueles com alto nível de medo a raiva previu negativamente a ação coletiva (Adra et al., 2020). Os resultados deste estudo mostraram ainda que a identidade teve um efeito positivo indireto nas tendências de ação coletiva por meio da raiva entre aqueles com baixo medo e entre os participantes com alto nível de medo a identidade teve um efeito negativo.

Presente estudo

Figura 2

Modelo conceptual que descreve o papel moderador do medo na relação entre a eficácia coletiva e as emoções e as tendências de ação coletiva. Modelo a testar



Objetivos e Hipóteses

O objetivo deste estudo é investigar o papel da identidade com o bairro na predição da ação coletiva, mediado pelas emoções negativas e eficácia coletiva e explorar o papel moderador do medo na relação dos mediadores na vontade dos indivíduos de se envolverem coletivamente em ações que possam vir a melhorar as condições da sua zona.

Hipótese 1: Os indivíduos que têm uma forte identidade com o bairro terão os seus níveis de emoções mais intensificados.

Hipótese 2: Quanto maior for a identidade com o bairro maior será a eficácia coletiva.

Hipótese 3: A participação em ações coletivas está positivamente associada à identidade social, de modo que os indivíduos que se identificam fortemente com um grupo são mais propensos a se envolver em atividades coletivas em defesa dos interesses do grupo.

Hipótese 4: Quanto maior for a eficácia coletiva maiores serão os níveis de ação coletiva.

Hipótese 5: Indivíduos com maiores níveis de emoções negativas estarão mais propensos a se mobilizar e a participar em movimentos de ação coletiva.

Hipótese 6: A relação entre as emoções negativas e a ação coletiva é moderada pelo risco/ medo.

Hipótese 7: A relação entre a eficácia coletiva e a ação coletiva é moderada pelo risco/ medo.

Capítulo 2 | Metodologia

Participantes

A amostra do presente estudo é composta por 65 indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos, ($M=24,52$ anos), 28 dos participantes são do sexo feminino e 24 do masculino.

O recrutamento da amostra foi feito através de conveniência e os critérios foram apenas ter mais de 18 anos e dominar a língua portuguesa.

Os participantes foram distribuídos aleatoriamente pelos dois grupos experimentais.

A recolha de dados foi feita no Laboratório de Psicologia da Universidade Lusófona de Lisboa, onde os participantes escolheram participar de forma voluntária.

Procedimento e Medidas

Trata-se de um estudo de experimental *between-subjects* onde se manipulam duas variáveis: manipulação experimental com um grupo único do estatuto socioeconómico baixo (manipulação utilizando o paradigma Dimboola); e a perceção da violência com duas condições: imagens violentas e não violentas com recurso ao IAPS. Dois grupos experimentais: um com o SES baixo e imagens violentas e o outro: SES baixo e imagens neutras.

O presente estudo obteve parecer positivo por parte da Comissão de Ética e Deontologia da Investigação Científica da Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Os participantes preencheram um questionário com a duração prevista de 40 a 60 minutos, onde visualizaram uma variedade de fotografias que foram previamente

categorizadas como neutras ou desagradáveis seguido da resposta a um conjunto de questões.

Para além do questionário foram também recolhidos dados psicofisiológicos, nomeadamente dados de eletrocardiograma, respiração, atividade eletrodermal e movimentos oculares, que não serão analisados no contexto desta dissertação.

Manipulação do Estatuto Sócio Económico

Numa primeira etapa do estudo, foi apresentado aos participantes o paradigma da cidade Dimboola – cidade virtual – onde os participantes iriam iniciar uma nova vida (Jetten, Mols & Postmes, 2015)). É lhes explicado, que esta sociedade funciona como qualquer uma da vida real, em termos de distribuição de riqueza, existindo vários níveis de rendimento existindo então, cinco grupos sociais de acordo com os seus rendimentos mensais. Este estudo, foca-se então, apenas no nível 2 de estatuto social – onde os habitantes recebem entre 500 a 1000 euros Dimbooleans. Em seguida pede-se aos participantes que escolham (ver anexo 1) de acordo com o seu rendimento na cidade virtual, a sua casa de habitação, o carro, o telemóvel e por último as férias, sendo que neste caso, não lhes é permitido que tirem férias pois não ganham o suficiente para tal.

Manipulação da violência

Após a indução de pertença a um grupo de baixo nível socioeconómico, os participantes foram colocados aleatoriamente em diferentes condições experimentais manipulando a perceção de violência na zona de residência, tendo-lhes sido apresentado diferentes conteúdos durante a experiência. De modo a gerar diferentes níveis de perceção de violência na zona de residência, uma parte dos participantes visualizaram imagens violentas enquanto a outra parte imagens neutras. Estas imagens foram retiradas do International Affective Picture System (Lang, 2008) e cada imagem foi mostrada durante 5

segundos seguida de uma avaliação da sua valência e ativação com a escala SAM (Self-Assessment Manikin; Bradley & Lang, 1994).

Medidas

Physical Threat: Risk of victimization Scale

Desenvolvido por Ferraro & LaGrange (1992) escala de 20 itens com o objetivo de medir o medo dos participantes de serem vítimas de um crime (10 itens) ou quão provável seria eles se tornarem vítimas de um crime (10 itens). Para medir o medo foi utilizada uma escala de Likert de 11 pontos em que 1(não tenho medo nenhum) a 11 (tenho muito medo. Exemplo: “Enquanto habitante da cidade Dimboola, classifique o seu medo de ser atacado por alguém com uma arma.” O risco foi medido numa escala de Likert de 11 pontos entre 1(nada provável) a 11 (muito provável). Exemplo: “Quão provável é ser agredido por um estranho?”

Identificação com o grupo socioeconómico Dimboola

Desenvolvido para medir a identificação social através do nível de concordância com 3 itens: “Eu identifico-me com o meu grupo socioeconómico da cidade Dimboola”; “Eu sinto-me contente por fazer parte deste grupo socioeconómico na cidade Dimboola” (medição do afeto Intra grupal); “Eu sinto-me próximo dos membros que também fazem parte deste grupo socioeconómico” (medir os laços Intra grupo). A medição é feita através de uma escala de 11 pontos (1 “nada provável” a 11 “muito provável”) (Postmes, Haslam & Jans 2013, Cameron, 2004)

Identificação com a vizinhança

Para medição da identidade local através da concordância com 3 itens numa escala de 1 a 11 em que 1 significa que ‘Não concorda nada’ e 11 ‘Concorda totalmente’. “Eu identifico-me com a zona onde vivo na cidade Dimboola”; “Eu sinto-me contente por morar na zona onde

vivo na cidade” “Eu sinto-me próximo dos membros que também moram na mesma zona onde eu vivo na cidade Dimboola” (Postmes,, Haslam & Jans, 2013; Cameron, 2004)

Emoções negativas

Medição feita através de 7 itens numa escala de concordância de 11 pontos (1 “não concorda nada” e 11 “concorda totalmente”) “Eu sinto-me irritado/ furioso/ zangado/ desagradoado/ feliz/ confiante/ calmo com a situação em que se encontra a minha zona” (Van Zomeren et al, 2004)

Eficácia coletiva

É medida numa escala de Likert de 11 pontos (1 “não concorda nada” e 11 “concorda totalmente” (Van Zomeren et al, 2004): “Eu sinto que a minha comunidade é capaz de parar a violência que existe na nossa zona”; “A minha comunidade pode fazer muito para melhorar a nossa zona.”

Ação coletiva

É medida através da intenção de se fazer alguma coisa para benefício da vizinhança – escala de 1 a 11 (1 “não concorda nada” e 11 “concorda totalmente”). Exemplo de itens “Eu faria algo em conjunto com a minha comunidade para melhorar as condições da zona onde moro”; “Se houvesse uma luta em frente da minha casa e alguém estivesse a ser espancado ou ameaçado, eu acabaria com essa luta.” “Eu faria algo em conjunto com a minha comunidade para melhorar as condições da zona onde moro.”

Capítulo 3 | Resultados

Verificação da manipulação da violência

Em primeiro lugar procedeu-se à análise, com recurso ao Teste T, da manipulação da violência (grupo que viu imagens violentas e o grupo que viu imagens neutras) com todas as variáveis referentes ao risco e ao medo de sofrer algum tipo de crime e não se encontraram nenhuns resultados estatisticamente significativos. Como se pode observar na tabela 1.

Tabela 1

Resultado do Test T para a manipulação da violência

	Grupo neutro		Grupo Violento		Resultado Teste T
	(IAPS)		(IAPS)		
	M	DP	M	DP	
Medo de crime em geral	71.15	20.85	71.91	23.19	$t(63)=0.50, p=0.496$
Perceção de risco geral de crime	63.12	25.91	70.00	24.53	$t(63)=-1.10, p=0.65$

Tabela 2

Médias e Desvio padrão para o medo e o risco de crime

	Amostra Geral	
	M	DP
Medo de crime em geral	71.52	21.83
Perceção de risco geral de crime	66.51	25.28

Contudo, apesar deste resultado, decidi prosseguir com a análise. Visto que as variáveis relativas ao medo e a perceção de risco apresentarem variabilidade entre os participantes. Em seguida está representada uma tabela com os principais resultados das correlações entre as variáveis estudadas bem como as suas médias e desvio padrão.

Tabela3

Medidas descritivas e correlações das variáveis em estudo

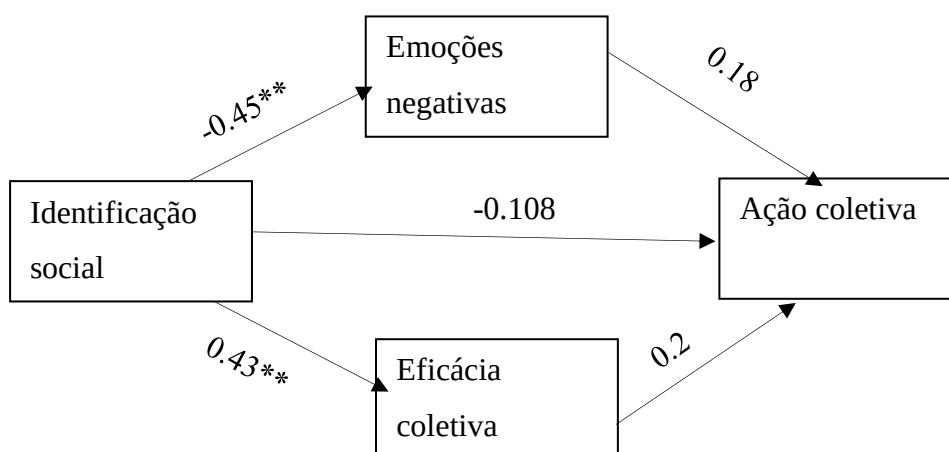
Variável	Média	SD	1	2	3	4	5	6
1. IdentificaçãoBairro	3.03	1.98						
2. IdentificaçãoSES	3.40	2.18	.84**					
3. Emoções	8.09	2.01	-.45**	-.44**				
4. EficáciaColetiva	5.92	1.80	.46**	.50**	-.29*			
5. AçãoColetiva	7.80	1.99	-.09	-.158	-.17	.10		
6. MedoCrimeGeral	71.52	21.82	-.12	-.14	.37**	-.23	.15	
7. Percepçãoderiscogeral	66.51	25.28	-.24	-.28**	.35**	-.42**	.24	.57**

Sig. = *p<0.01 **p<0.05

Testando o SIMCA

Figura 3

Coeficientes das relações da mediação SIMCA



Nota: o efeito total encontra-se entre parênteses

Os coeficientes apresentados são não estandardizados.

*Sig. = * p<0.01 ** p<0.05*

Conduziu-se uma análise de mediação usando o PROCESS (Hayes, 2013, Modelo 4).

Verificou-se que a identificação social tem um impacto significativo na percepção de injustiça (emoções negativas) ($b = -0.45$, $t = 23.13$, $p < 0.001$). O mesmo se verificou para a eficácia coletiva, ou seja, a identidade social tem um impacto significativo na eficácia coletiva, quanto maior a identificação social com o bairro (hipotético) de residência maior será a eficácia coletiva ($b = 0.43$, $t = 12.79$, $p < 0.001$). No entanto não se verificaram outros efeitos significativos, direto (RES) nem indiretos (eficácia coletiva e percepção de risco).

Análise do papel moderador do medo

Foi através do modelo 14 do PROCESS (Hayes, 2013) que se testou este modelo, mas com a variável medo como mediador, trata-se de um modelo de mediação moderada, onde não só é possível determinar se existe uma mediação como também determinar se o moderador altera a força dos efeitos indiretos.

Apesar das análises terem sido feitas tanto para a variável medo como para a variável risco, apenas se apresenta os resultados para a variável risco porque foi a única que mostrou resultados significativos.

Tabela 4*Tabela das relações diretas da mediação moderada*

<u>Relações Diretas</u>	<u>Coefficiente</u>	<i>t</i>	<i>p</i>
<u>Identificação Bairro → Eficácia Coletiva</u>	0.43	4.29	0.0001
<u>Identificação Bairro → Emoções negativas</u>	-0.46	-4.04	0.0002
<u>Eficácia Coletiva → Ação Coletiva</u>	0.33	1.97	<i>p</i> = 0.05
<u>Eficácia Coletiva * Risco Viol. → Ação Coletiva</u>	-0.15	-2.01	<i>p</i> < 0.05

Tabela 5*Tabela da mediação moderada para a percepção de risco*

Relação indireta	Efeito direto	SE	%CI
Baixo nível de percepção de risco	0.3075	13.27	[0.0746, 0.5885]
Médio Nível de percepção de risco	0.1406	.0851	[-0.0101, 0.3217]
Alto nível de percepção de risco	-0.0262	0.1181	[-0.2662, 0.2091]
Index de Mediação moderada	-0.0066	0.0037	[-0.0145, -0.0001]

Inseriu-se a identidade como variável independente, a eficácia e as emoções como mediadoras, a ação coletiva como variável dependente e a percepção de risco como moderador

da relação entre os mediadores e a variável dependente. O modelo global foi significativo $F(6,58) = 2.29$, $p = 0.04$, $R^2 = 0.44$.

Primeiro a identidade previu positiva e significativamente a eficácia coletiva ($b = 0.4312$, $t = 4.2882$, $p = 0.0001$), com estes resultados a hipótese 2 deste estudo foi confirmada, no entanto não houve efeitos principais significativos da eficácia na ação coletiva ($b = 0.3262$, $t = 1.9686$, $CI = [-0.0055, 0.6579]$), o que faz com que a hipótese 4 não se encontre confirmada.

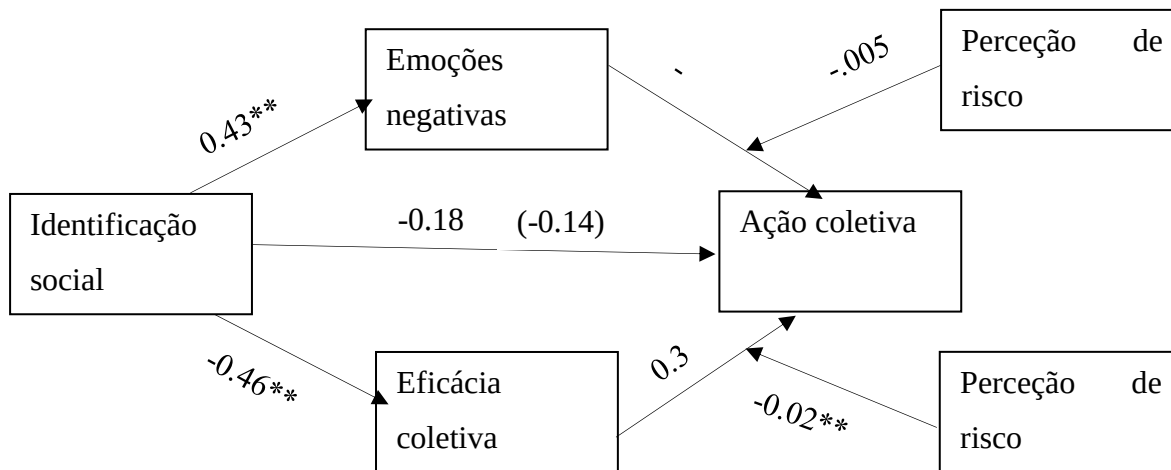
Em segundo lugar a identidade previu de forma negativa e significativa as emoções ($b = -0.4595$, $t = -4.0354$, $p = 0.0002$), hipótese 1 confirmada, no entanto não se encontraram efeitos principais significativos das emoções com a ação coletiva ($b = -0.0048$, $t = -0.0326$, $CI = [-0.2970, 0.2874]$), hipótese 5 não confirmada.

Houve uma interação significativa entre a eficácia coletiva e a percepção de risco na previsão da ação coletiva ($b = -0.0153$, $t = -0.7864$, $p < 0.05$). Como esperado, a eficácia coletiva prevê positivamente a ação coletiva nos indivíduos com níveis baixo de percepção de risco ($B = 0.3075$, 95% $CI [0.0746, 0.5885]$). Mas não entre aqueles médio ou elevado nível de percepção de risco. Quando a percepção de risco é baixa a relação entre a eficácia coletiva e a ação coletiva é significativa. Hipótese 7 confirmada. O mesmo não acontece para níveis médios da percepção de risco (conforme tabela 4) e alta percepção de risco (conforme tabela 4). Assim, à medida que a percepção de risco aumenta a relação entre a eficácia coletiva e ação coletiva deixa de existir. O índice geral de mediação moderada foi significativa ($INDEX = -0.0066$, 95% $CI = [-0.0145, -0.0001]$), Ou seja o moderador (percepção de risco) afeta negativamente a relação entre a eficácia coletiva e ação coletiva.

Este efeito moderador da percepção de risco na relação entre emoções negativas e ação coletiva não foi encontrado ($INDEX = 0.0019$, 95% $CI = [-0.0039, 0.0066]$), pelo que a hipótese 6 não foi confirmada.

Figura 5

Coeficientes das relações da mediação moderada



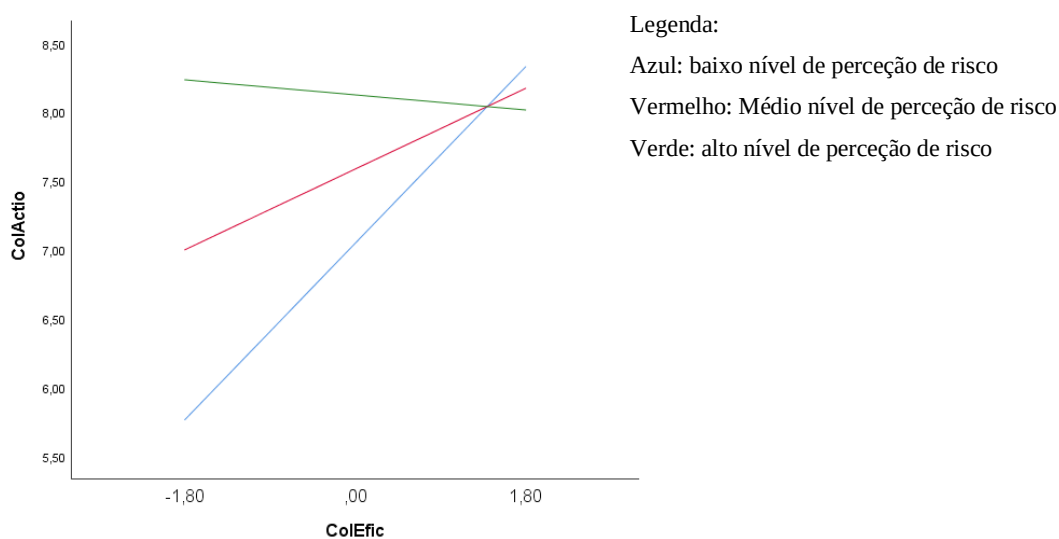
Nota: o efeito total encontra-se entre parenteses

Os coeficientes apresentados são não estandardizados.

*Sig. = * $p < 0.01$ ** $p < 0.05$*

Figura 6

Diferentes níveis de perceção de risco e relação entre eficácia e ação coletiva



Capítulo 4 | Discussão

Este estudo teve como objetivo testar em que medida a percepção de violência na zona de residência de indivíduos com um nível socioeconómico baixo está relacionada com a vontade de se envolver individualmente ou coletivamente em ações que possam vir a melhorar as condições dessas zonas. Procurou-se estudar dois grupos diferentes através da manipulação da violência (com recurso a imagens neutras e violentas) e através da manipulação do estatuto socioeconómico (através do paradigma de Dimboola). A primeira linha de pensamento foi verificar se a manipulação da violência tinha algum efeito no medo e na percepção do medo, resultados esses que não se mostraram significativos. Em seguida procurou-se testar o modelo SIMCA (Zoomeren, Postmes & Spears, 2008).

As análises do SIMCA não mostraram resultados significativos para os dados recolhidos neste estudo. Conforme previsto pelo modelo, houve um efeito significativo da identidade na eficácia e na injustiça percebida. No entanto é diferente da literatura e dos estudos do modelo SIMCA, a identidade não previu diretamente nem indiretamente as tendências de ação coletiva.

Como os resultados não foram o que se esperava e também porque o papel moderador do medo é pouco explorado na literatura, optou-se por integrar o medo como moderador. Nesta análise adicional encontraram-se alguns resultados consistentes com a literatura. Ou seja, que a relação entre eficácia coletiva e a ação coletiva era moderada pelo medo, ou seja uma eficácia coletiva mais elevada conduz a tendências de ação coletiva mais fortes apenas nos indivíduos cujos níveis de medo são baixos. No entanto não se encontrou uma moderação significativa para a injustiça percebida que não vai de encontro com a literatura. Estes últimos resultados destacam a importância de se explorar mais a ação do

medo como um moderador das relações dos motivadores da ação coletiva.

Apesar da literatura existente, mostrar que a identidade social é um importante motivador da ação coletiva, neste estudo não foram encontrados nenhuns resultados significativos diretos nem indiretos desse caminho de ação, o que sugere que a identificação com um grupo social que se encontra prejudicado em contextos onde se possa sentir que haverá represálias pode diminuir o efeito da identificação.

Estes resultados mostram ainda que o caminho emocional para a ação coletiva não funcionou. Ou seja, as injustiças percebidas pelo grupo (medida através da variável emoções negativas) não previram diretamente a vontade de agir. Mesmo que se tenha encontrado uma relação negativa entre a injustiça percebida e a identidade social, mesmo que os indivíduos percebam que a injustiça está relacionada com a categoria social, o que em teoria serviria de motivador para que se envolvam em movimentos de ação coletiva na procura de restabelecer a justiça para o seu grupo neste estudo não se entrou essa relação (Van Zomeren et. al., 2008). Mesmo com o papel moderador do medo, os resultados não foram de encontro com os resultados encontrados por Adra (2020), onde o medo teve um papel de inversor da injustiça percebida, em que nos indivíduos com alto nível de medo a injustiça prediz negativamente a ação coletiva.

Quando o ser humano se encontra em situações desfavorecidas ou de desvantagem muitas das vezes falta-lhe o conhecimento para que haja uma mudança (Alloush & Bloem, 2022). Na maioria das vezes não basta o descontentamento ou a noção de que está em desvantagem para que os indivíduos queiram agir individualmente ou coletivamente para melhorar as condições em que vivem. Por muito que se reconheçam a si e ao seu grupo como estando a ser prejudicado muitas das vezes optam por não fazer nada, porque a incerteza é algo que assusta o ser humano. Mesmo em situações desfavorecidas o ser

humano conforma-se, entrando numa espiral de negatividade, e acaba por aceitar aquela realidade como única. Os bairros desfavorecidos apresentam um conjunto específico de características que dificultam o desenvolvimento dos seus moradores encontrando-se estes em condições desfavoráveis em relação a sociedade a que pertencem, para o acesso ao mercado de trabalho, bens e serviços (Arias, 2000).

Deste modo, as pessoas que estão em situações desfavorecidas, não vão querer ingressar em ações coletivas porque muitas das vezes estas pessoas não conseguem sequer suprimir as suas necessidades básicas (Camayd, 2021), são pessoas que lutam todos os dias para coisas que todos devíamos ter acesso, uma casa digna, comida na mesa e sentir segurança no local onde vivemos. Os bairros desfavorecidos são também locais onde existe uma grande taxa de criminalidade e de violência (Diogo et al., 2015), onde se tem uma hierarquia a respeitar, certas coisas que não se pode dizer nem fazer. Deste modo, as pessoas em situações desfavorecidas não ingressam em ação coletivas porque, em primeiro lugar a repressão gera medo, e ela dissuade a ação coletiva (Miller et al, 2009), segundo o significado de identificar-se com um grupo social prejudicado em contextos difíceis não se traduz na vontade de se envolver em ações coletivas, e em terceiro lugar segundo Asch (1946), “as forças sociais, quando envolvem a violência, podem impedir que a pessoa expresse e aja conforme a sua verdadeira intenção em relação a determinadas situações”. E ainda é importante ressaltar que, considerar a vida como um conjunto de situações injustas resulta em desamparo, tristeza e ansiedade tornando assim as pessoas em situações desfavorecidas, pessoas passivas que os leva a uma posição de vítima perante a vida impedindo-o de agir e de atingir o seu máximo potencial.

Limitações e Forças

Este estudo apresenta uma série de limitações que podem afetar os resultados

obtidos e as conclusões a retirar. Em primeiro lugar tratar-se de uma amostra muito reduzida, apenas 65 participantes o que limita muito os resultados. Em segundo lugar, tratar-se de um estudo laboratorial, que apesar de ser de participação voluntária restringe muito os participantes em termos de heterogeneidade. Em terceiro lugar surge a limitação referente a manipulação do estatuto socioeconómico e a manipulação da violência, com isto quero dizer, quando os participantes são sujeitos a divisão dos grupos para a manipulação da violência com recursos as imagens neutras e violentas, estes já vem enviesados pelo seu estatuto socioeconómico, à partida quando escolhem a casa onde irão viver (ver anexo A), irá conduzi-los a estereótipos reais criados fora do paradigma sobre o local, ou seja, se é um bairro “pobre” e com casas degradadas já estarão a espera de insegurança, instabilidade e violência deste modo a manipulação da violência não se irá manifestar da forma que queríamos. A indução do medo que seria para ser manipulada através da divisão em dois grupos com o recurso às imagens violentas e as imagens neutras não teve o efeito que se pretendia porque houve uma manipulação accidental do medo através dos bairros que acabaram por induzir medo nos participantes.

Implicações do Estudo

Ainda em relação a maior descoberta do estudo, o papel do medo, seria importante conduzir mais estudos onde o medo fosse um moderador no modelo SIMCA. Pesquisas futuras podem debruçar-se sobre o papel da identidade na previsão da ação coletiva em ambientes repressivos.

Seria interessante pesquisas futuras conduzirem este estudo sem ser em laboratório, sem a manipulação da violência e do estatuto socioeconómico, onde os participantes vivam esta realidade de perto e onde se possa comparar pessoas de diferentes estatutos socioeconómicos, por exemplo dentro de uma área geográfica conduzir o estudo com um

grupo com pessoas de baixo estatuto socioeconómico e outro grupo com pessoas de médio/alto e ver de que forma o medo influencia a ação coletiva. Outro caminho de ação, mesmo que em laboratório, haver comparação inter-grupal de estatutos para dar mais validade aos resultados.

Pessoas que desde muito novas viveram em situações desfavorecidas foi-lhes quase incutido que a vida não se baseia em igualdades e sim no poder, pelo que a violência foi e sempre será para eles a única solução para conseguirem ser bem-sucedidos (Elgar et al, 2013). Deste modo, com os resultados obtidos neste estudo, acho importante a criação e atuação ao nível de políticas sociais e económicas para combater os problemas associados a falta de recursos e ao sentimento de injustiça percebida nas crianças.

Referências

- Adra, A., Harb, C., Li, M., & Baumert, A. (2020). Predicting collective action tendencies among Filipina domestic workers in Lebanon: Integrating the Social Identity Model of Collective Action and the role of fear. *Group Processes & Intergroup Relations*, 23(7), 967-978. <https://doi.org/10.1177/1368430219885180>
- Alloush, M., & Bloem, J. R. (2022). Neighborhood violence, poverty, and psychological well-being. *Journal of Development Economics*, Elsevier, vol. 154. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2021.102756>
- Arias, F. (2000). La desigualdad urbana en España. *Madrid: Ministerio de Fomento*.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 41, p. 258-90. <https://doi.org/10.1037/h0055756>
- Bandura, A. (1995). Exercise of personal and collective efficacy in changing societies. In A. Bandura (Ed.), *Self-efficacy in changing societies* (pp. 1–45). *Cambridge University Press*
- Bilić, V. (2015). The role of socioeconomic differences and material deprivation in peer violence. *Epiphany. Journal of Transdisciplinary Studies*, 8(2), 177-202. <http://dx.doi.org/10.21533/epiphany.v8i2.169>
- Bradley, M. M., & Lang, P. J. (1994). Measuring emotion: the self-assessment manikin and the semantic differential. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, 25(1), 49-59. [https://doi.org/10.1016/0005-7916\(94\)90063-9](https://doi.org/10.1016/0005-7916(94)90063-9)
- Camayd, Y. R. (2021). Pobreza e qualidade de vida dos munícipes do bairro Agostinho Neto. Lubango. *Portal de la Ciencia*, 2(2), 93-108.
- Cardoso, H. F. (2006). A quantificação do estatuto socioeconómico em populações contemporâneas e históricas: dificuldades, algumas orientações e importância na investigação orientada para a saúde. *Antropologia Portuguesa*, 22(23), 247-272.

- Carlos, J., & Melo, M. (2020). Preconceito racial em crianças: Identificação e pertença grupal. *Psicologia*, 34(2), 57-74. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i2.1385>
- Carmo, R. M. D., Tavares, I., & Cândido, A. F. (2020). Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro, Lisboa, CIES-Iscte. *Observatório das Desigualdades* (*observatorio-das-desigualdades.com*).
- Chryssochoou X., Papastamou S., Prodromitis G. (2013). Facing the economic crisis in Greece: The effects of grievances, real and perceived vulnerability, and emotions towards the crisis on reactions to austerity measures. *JSSE - Journal of Social Science Education*, 12. <https://doi.org/10.4119/jsse-633>
- Commission on Social Determinants of Health. (2008). Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health: final report of the commission on social determinants of health. World Health Organization. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/69832/WHO_IER_CSDH_08.1_eng.pdf?sequence=1
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic status, family processes, and individual development. *Journal of marriage and family*, 72(3), 685-704. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00725.x>
- Costa, A. F. D. (2020). Desigualdades sociais e pandemia. Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em livro. *Observatório das desigualdades*. <https://doi.org/10.15847/CIESOD2020covid19>
- Diogo, L. D. S., Rodrigues, A. J., & Godoy, W. A. C. (2015). Análise do perfil socioeconômico e dos índices de violência do bairro do Limoeiro, no município de São Gonçalo/RJ. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 11(2), 93–106. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v11i2p93-106>

- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2003). Assertividade, sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, 9(13), 125-136.
- Devos, T., Silver, L. A., Mackie, D. M., & Smith, E. R. (2003). Experiencing intergroup emotions. In D. M. Mackie & E. R. Smith (Eds.), *Beyond prejudice: From outgroup hostility to intergroup emotions*. Philadelphia: Psychology Press. (pp.111-134).
- Diogo, F., Castro, A., Perista, P., & Silva, M. C. (2015). Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos. *Edições Húmus*.
- Družić-Ljubotina, O., & Ljubotina, D. (2014). Socioeconomic status and violence in Croatian schools: Different factors predict different types of violence. *European Journal of Psychology of Education*, 29(3), 479–496.
- Due, P., Merlo, J., Harel-Fisch, Y., Damsgaard, M.T., Holstein, B.E., Hetland, J., Currie, C., abhainn, S.N., de Matos, M.G., Lynch, J. (2009) Socioeconomic inequality in exposure to bullying during adolescence: a comparative, cross-sectional, multilevel study in 35 countries. *American Journal of Public Health*, 99(5), 907-914. [10.2105/AJPH.2008.139303](https://doi.org/10.2105/AJPH.2008.139303)
- Elgar, F. J., Pförtner, T.-K., Moor, I., De Clercq, B., Stevens, G. W. J. M., & Currie, C. (2015). Socioeconomic inequalities in adolescent health 2002–2010: A time-series analysis of 34 countries participating in the Health Behaviour in School-aged Children study. *The Lancet*. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(14\)61460-4](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(14)61460-4)
- Ensen, H. J., Zimmer-Gembeck, M. J., Przybylski, A. K., & Stormshak, E. A. (2012). Emotional autonomy and problem behavior in adolescents: The mediating role of social support and parental psychological control. *Journal of Youth and Adolescence*, 41(6), 709–722. <https://doi.org/10.1007/s10964-011-9723-0>
- Érnica, M., & Batista, A. A. G. (2012). A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. *Cadernos de pesquisa*, 42, 640-666. <https://doi.org/10.1590/S0100->

[15742012000200016](https://hdl.handle.net/1822/34228)

Ferreira, A. C. D. C. (2014). Viver num bairro social e as relações de vizinhança: um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla. Tese de Mestrado.

<https://hdl.handle.net/1822/34228>

Folger, R. (1987). Reformulating the Precondition of Deindividuation. In J. Turner, M. A. Hogg, P. Oakes, S. Reicher, & M. S. Wetherell (Eds.), *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory* (pp. 120-147). *Basil Blackwell*.

Goes, D. (2022). Educação e emancipação social: sobre a fenomenologia da pobreza em Portugal e na RAM. *A Pátria-Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa*. Ponte Editora.

Hayes A. F. (2013). Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis. New York, NY: Guilford Press. *Journal of Educational Measurement*, 51, 335-337. <https://doi.org/10.1111/jedm.12050>

Pobreza e Exclusão Social. Instituto Nacional de Estatística (2022). Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbert, B. N. (2008). International affective picture system (IAPS): Affective ratings of pictures and instruction manual. Technical Report A-8, Gainesville, FL: University of Florida.

McDonald, K. (2008). Global perspectives on social issues: Educational inequalities in Canadian schools. *Canadian Journal of Education*, 31(4), 1027–1062.

Madya, R., Malik, M., & Suparno, S. (2019). The impact of socioeconomic status (SES) on early childhood language development. In International Conference on Special and Inclusive Education (ICSIE 2018) (pp. 140-145). *Atlantis Press*. [10.2991/icsie-18.2019.26](https://doi.org/10.2991/icsie-18.2019.26)

Miller D. A., Cronin T., Garcia A. L., Branscombe N. R. (2009). The relative impact of

anger and efficacy on collective action is affected by feelings of fear. *Group Processes & Intergroup Relations*, 12, 445–462.

<https://doi.org/10.1177/1368430209105046>

Pinto, M. T., de Abreu, M. A. L., Xavier, M. H. M., & Fernandes, S. A. K. (1977).

Diferenças entre alunos de psicologia, letras e educação numa situação experimental de conformismo à pressão grupal. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, 29(4), 121-136.

Pickett, K. E., & Wilkinson, R. G. (2007). Child wellbeing and income inequality in rich societies: ecological cross sectional study. *Bmj*, 335(7629), 1080.

<https://doi.org/10.1136/bmj.39377.580162.55>

Proshansky, H. M. (1983). Place identity: Physical world socialisation of the self. *J.*

Environmental Psychology, 3, 299-313. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(83\)80021-8](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(83)80021-8)

Reicher, S. (2001). The psychology of crowd dynamics. In M. A. Hogg & R. S. Tindale (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: Group processes* (pp. 182–208).

Blackwell Publishers.

Ridge, T., & Saunders, P. (2009). Introduction: Themed section on children's perspectives

on poverty and disadvantage in rich and developing countries. *Social Policy and Society*, 8(4), 499-502.

Simon, B., Loewy, M., Stürmer, S., Weber, U., Freytag, P., Habig, C., Kampmeier, C.,

Spahlinger, P., Böttger, M., & Habermas, T. (1998). Collective Identification and Social Movement Participation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(3), 646–658. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.74.3.646>

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W.G.

Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp.7-

24.). *Brooks/Cole*.

Tajfel, H. (1982). Social psychology of intergroup relations. *Annual review of psychology*, 33(1), 1-39.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (pp. 7-24). Nelson-Hall.

Troller-Renfree, S. V., Costanzo, M. A., Duncan, G. J., Magnuson, K., Gennetian, L. A., Yoshikawa, H., ... & Noble, K. G. (2022). The impact of a poverty reduction intervention on infant brain activity. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119(5). <https://doi.org/10.1073/pnas.2115649119>

Valério, I. C. (2021). Impacto da identidade na perceção do bairro, discriminação e nos mecanismos de coping. Tese de Mestrado. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/55624?locale=pt_PT

Van Zomeren, M., Spears, R., Fischer, A. H., & Leach, C. W. (2004). Put your money where your mouth is! Explaining collective action tendencies through group-based anger and group efficacy. *Journal of personality and social psychology*, 87(5), 649. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.5.649>

Van Zomeren, M., Postmes, T., & Spears, R. (2008). Toward an integrative social identity model of collective action: a quantitative research synthesis of three socio-psychological perspectives. *Psychological bulletin*, 134(4), 504-535. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.134.4.504>

Van Zomeren, M. (2013). Four core social-psychological motivations to undertake collective action. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(6), 378-388.

<https://doi.org/10.1111/spc3.12031>

Walker, I., & Smith, H. J. (2002). *Relative Deprivation: Specification, Development, and Integration*. Cambridge University Press

Wright, S. C., Taylor, D. M., & Moghaddam, F. M. (1990). Responding to Membership in a Disadvantaged Group: From Acceptance to Collective Protest. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(6), 994–1003. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.6.994>

Apêndices e/ou Anexos

Anexo 1

Manipulação do estatuto socioeconómico: Paradigma Dimboola (Jetten, Mols & Postmes, 2015)

Instruções:

Imagine que se vai tornar um cidadão de uma nova sociedade virtual, chamada Dimboola, onde irá começar uma nova vida. Esta sociedade funciona como qualquer outra sociedade. Em termos de distribuição de riqueza, existem vários níveis de rendimentos, tal como se mostra na figura seguinte. Existem então cinco grupos sociais de acordo com os seus rendimentos mensais em euros Bamboleanos.



Aquilo que pode comprar para começar uma nova vida vai depender em qual dos grupos ficar colocado.

Para começar a sua nova vida, tem de adquirir os bens essenciais para viver. Nas perguntas seguintes será pedido para escolher os bens necessários para a sua nova vida. Ser-lhe-á pedido que escolha a casa em que quer viver, o carro que quer conduzir, o telemóvel que quer usar e as férias que quer marcar.

Em todos os casos, só estarão disponíveis os bens que pode comprar de acordo com aquilo que recebe mensalmente, assim como as pessoas do seu grupo social. (grupos de 1 a 5, de acordo com os rendimentos)

Abaixo pode ver várias casas.

Importante: só pode escolher entre as casas que o seu grupo social pode pagar. As casas estão numeradas por grupo de rendimentos para que possa saber quais são aquelas que pode pagar. Por exemplo, se está no grupo 3, pode pagar as casas da linha 3, 2 e da linha 1, mas não pode pagar as casas das linhas 4 e 5.

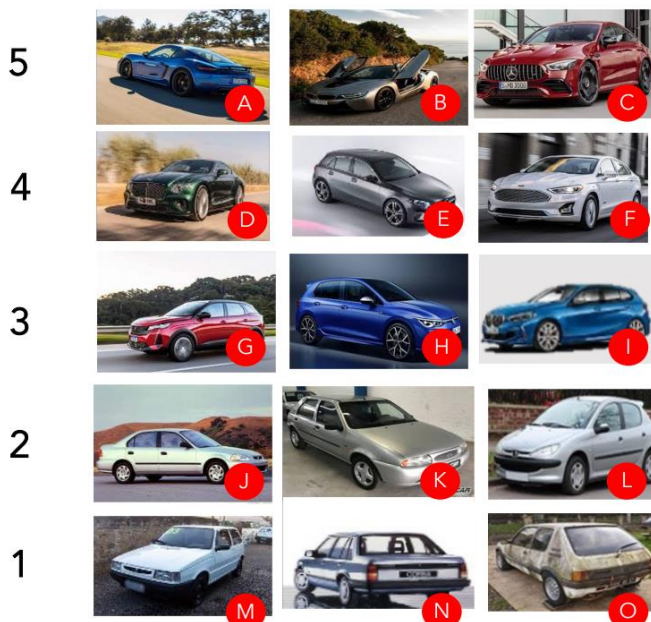
Por favor, selecione a casa que gostaria de comprar clicando na letra correspondente a essa casa.



Abaixo pode ver vários carros.

Importante: só pode escolher entre os que o seu grupo social pode pagar. Os carros estão numerados por grupo de rendimentos para que possa saber quais são aqueles que pode pagar. Por exemplo, se está no grupo 3, pode pagar os carros da linha 3, 2 e da linha 1, mas não pode pagar os carros das linhas 4 e 5.

Por favor, selecione o carro que gostaria de comprar clicando em cima da respetiva imagem.



Abaixo pode ver vários telemóveis.

Importante: só pode escolher entre os que o seu grupo social pode pagar. Os telemóveis estão numerados por grupo de rendimentos para que possa saber quais são aqueles que pode pagar. Por exemplo, se está no grupo 3, pode pagar os telemóveis da linha 3, 2 e da linha 1, mas não pode pagar os carros das linhas 4 e 5.

Por favor, selecione o telemóvel que gostaria de comprar clicando em cima da respetiva imagem.

5



4



3



2



1



Abaixo pode ver vários destinos de férias.

Importante: só pode escolher entre os que o seu grupo social pode pagar. Os vários destinos de férias estão numerados por grupo de rendimentos para que possa saber quais são aqueles que pode pagar. Por exemplo, se está no grupo 3, pode pagar os destinos da linha 3, mas não pode pagar os destinos das linhas 4 e 5.

Atenção, os membros do grupo 2 e 1 não podem permitir-se a férias.

Por favor, selecione o destino de férias que gostaria de comprar clicando em cima da respetiva imagem.

5



4



3

